

## Documento Formal de Políticas de Privacidade e Proteção de Dados

- 1. Introdução Este documento é elaborado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei nº 13.709/2018), a Constituição Federal de 1988 e outros dispositivos legais aplicáveis, com o objetivo de garantir a transparência e segurança no tratamento de dados pessoais.
- 2. Base Legal para o Tratamento de Dados De acordo com o Artigo 7º da LGPD, o tratamento de dados pessoais é realizado nas seguintes bases legais:
  - Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular dos dados;
  - Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
  - Para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual o titular seja parte;
  - Para o atendimento aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, observados os direitos e liberdades fundamentais do titular.
- 3. Direitos do Titular dos Dados Nos termos do Artigo 18 da LGPD, o titular dos dados possui os seguintes direitos:
  - 1. Confirmação da existência de tratamento;
  - 2. Acesso aos dados;
  - 3. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
  - 4. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
  - 5. Portabilidade dos dados, mediante solicitação expressa e conforme regulamentação da autoridade nacional;
  - 6. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;
  - 7. Informação sobre as entidades com as quais os dados foram compartilhados;
  - 8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
  - 9. Revogação do consentimento, nos termos do §1º do Art. 8º.
- 4. Princípios para o Tratamento de Dados O tratamento de dados pessoais respeitará os seguintes princípios, previstos no Artigo 6º da LGPD:



- Finalidade: Os dados serão tratados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- Adequação: O tratamento será compatível com as finalidades informadas ao titular;
- Necessidade: Limitação ao mínimo necessário para a realização das finalidades;
- Segurança: Adoção de medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais;
- Transparência: Garantia de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento de dados.
- 5. Direitos Fundamentais Protegidos pela Constituição Federal A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5°, assegura os seguintes direitos fundamentais:
  - Inciso X: Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas;
  - Inciso XII: Inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações;
  - Inciso XIV: Acesso à informação e o sigilo de dados pessoais, quando necessário.
- 6. Responsabilidades do Controlador de Dados Nos termos do Artigo 42 da LGPD, o controlador é responsável pelos danos causados pelo tratamento de dados pessoais em desconformidade com a legislação, salvo se comprovar que:
  - 1. Não realizou o tratamento dos dados que deram causa ao dano;
  - 2. O tratamento foi realizado em conformidade com a legislação;
  - 3. O dano decorreu de culpa exclusiva do titular ou de terceiro.
- 7. Compartilhamento de Dados Os dados pessoais só serão compartilhados com terceiros mediante:
  - Consentimento do titular;
  - Cumprimento de determinação judicial ou regulatória;
  - Situações previstas pela LGPD.
- 8. Contato Para exercício dos seus direitos ou para quaisquer dúvidas, entre em contato pelo e-mail: <a href="mailto:livia@oliveiralealaadvocacia.com">livia@oliveiralealaadvocacia.com</a> , <a href="mailto:hugo@oliveiralealadvocacia.com">hugo@oliveiralealadvocacia.com</a> ou <a href="mailto:adv.oliveiraeleal@gmail.com">adv.oliveiraeleal@gmail.com</a>.
- 8.1 Contatos telefônicos também estão disponíveis em horário comercial pelo número (61) 98235-4018.



- 9. Vigência e Atualização Este documento é válido a partir de [data de publicação] e poderá ser atualizado periodicamente para refletir alterações legislativas ou nas nossas práticas de tratamento de dados.
- 10. Disposições Finais Ao utilizar nossos serviços, o titular dos dados reconhece ter lido e compreendido os termos aqui apresentados e concorda com o tratamento de seus dados nos termos desta Política.

® 2024 Oliveira & Oliveira Leal Advocacia - Todos os Direitos Reservados.

CNPJ: 51.919.094/0001-38 | OAB-DF 46.323 | OAB-DF 36.635